

A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NAS CARTILHAS DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA: DE 1984 A 1989

Jamile Baiense de Souza Gonzaga¹

Resumo: O presente trabalho analisa “A Função Social da Propriedade” nas cartilhas da Comissão Pastoral da Terra de 1984 a 1989. O período foi escolhido, pois os debates no âmbito da assembleia constituinte brasileira, que gerou a Constituição de 1988, estiveram significativamente permeados pelo “frame” dos direitos sociais. Desta forma, propriedade rural e desapropriações rurais foi objeto de disputas enquadradas no campo dos direitos sociais e não de outras áreas do direito. Escolhemos olhar este debate sob o prisma de uma instituição progressista da Igreja Católica, a Comissão Pastoral da Terra, buscando compreender os objetivos desta organização religiosa na construção de uma possível consciência de classe entre os camponeses e trabalhadores rurais no país. Para esta análise, utilizou-se das seguintes abordagens teóricas: o direito como instrumento de coesão social, segundo Durkheim; o conceito de “consciência de classe”, de E. P. Thompson; e o conceito de “frames”, de Snow como suporte metodológico. Palavras-chave: Função social da propriedade; CPT; Frames.

Abstract: The present work analyzes “The Social Function of Property” in the booklet of the Pastoral Land Commission from 1984 to 1989. The period was chosen because the debates within the Brazilian Constituent Assembly, which generated the 1988 Constitution, were significantly permeated by the frame of social rights. Thus, rural property and rural expropriations were the subject of disputes framed in the field of social rights and not in other areas of law. We chose to look at this debate from the perspective of a progressive institution of the Catholic Church, the Pastoral Land Commission, seeking to understand the aims of this religious organization in building a possible class consciousness among the peasants and rural workers in the country. For this analysis, we used the following theoretical approaches: law as an instrument of social cohesion, according to Durkheim; E. P. Thompson’s concept of “class consciousness”; and Snow’s concept of frames as methodological support. Keywords: Social function of property; Frames; CPT.

1 Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Introdução

Utilizaremos neste trabalho o conceito de Frames segundo Snow (2000) na perspectiva dos enquadramentos e seus significados, significantes que orbitam na sociedade e que em certo ponto são ressignificados e apropriados pelos movimentos sociais, processo chamado de enquadramento. Os frames são fenômenos que podem ser concêntricos ou tangentes entre si, dependendo da perspectiva de análise e são extremamente complexos dependendo do ângulo da análise. Nos concentraremos na construção de significados.

Comissão Pastoral da Terra e função social da propriedade

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) é formada em 1975 durante o encontro de bispos e prelados da Amazônia, realizado pela Confederação Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) em Goiás¹. A CPT está organizada em todo o território nacional em 21 regionais que correspondem aos estados da federação. Além da estrutura de organização institucional temos nos estados equipes que participam do trabalho. Estas equipes locais são o menor núcleo de organização e lidam diretamente com os trabalhadores. A maior parte da equipe é formada por agentes voluntários.

Mitideiro (2008) irá defender a noção de “ação territorial” definida como uma ação humana objetiva e subjetiva do território que visa sua transformação e pode ser potencializado pelas utopias dos processos sociais. Desta forma as utopias aparecem como elementos mobilizadores e produtos de ações coletivas mas sempre orientadas pela ação territorial. Para o surgimento da CPT um conjunto de circunstâncias sociais e eclesiais foram gestadas. O autor fala sobre a existência de vários tempos no momento de sua formação são eles: o tempo social, o contexto no qual está inserida a conjuntura social, que no momento era caracterizado pela realidade precária do povo do campo, além da questão da Amazônia, etc. Outro tempo seria o eclesial que se refere a um momento de remodelação da missão da igreja católica provinda do Concílio do Vaticano II, das Conferências de Medellín e Puebla e o aparecimento da teologia da libertação. A junção destes dois “tempos” entrou em compasso e tornaram favorável o surgimento da CPT. Concorda Ferreira com o conjunto de circunstâncias que levam a formação da Pastoral da Terra acrescentando mais um ponto social: a repressão do regime militar. As perseguições às lideranças de movimentos camponeses e assassinatos colaboraram para a desarticulação das lutas no campo. Em 1975, em plena ditadu-

¹ POLETO, Ivo. Nas pegadas do povo da terra: 25 anos da comissão pastoral da terra. São Paulo: Edições Loyola, 2002. Prometida: Comissão Pastoral da Terra e trajetória político-religiosa (1975-2003) Sacrilogens, Juiz de Fora, v.1, n.1, p.137-152, 2004.

ra militar, a CPT protagonizará a defesa aos direitos dos trabalhadores do campo. Para Martins (1994) a Criação da CPT é resultado direto da experiência na Amazônia, durante o regime militar. As experiências de exploração do trabalhador rural, dos egressos ao projeto de colonização da Amazônia gerava uma mudança na orientação política da igreja católica sobre os problemas da terra e a Reforma Agrária. Antes a igreja defendia que a modernização industrial seria a responsável por uma justa distribuição de terras, após a experiência da Amazônia as grandes empresas agrícolas que se fixavam nesta região, por meio de incentivos fiscais do governo militar, ao invés de promover o imaginado “progresso” pensado por setores da igreja católica só expulsou os trabalhadores rurais, tomaram suas terras por meio de pistoleiros, aumentaram muito a tensão no campo. (MARTINS, 1994, p.121). Diante desta situação os padres ligados a CNBB são levados a trocarem de postura, assumindo a defesa do trabalhador rural como resposta ao seu compromisso ético. Desta forma o autor defende que os setores da igreja, que foram conservadores e apoiaram o golpe militar mudam sua orientação em favor dos trabalhadores do campo por um compromisso ético, não exatamente por uma “conversão” (em suas palavras) progressista.

Atuando desde 1975 a Comissão Pastoral da Terra desempenha importante papel nas lutas do campo no Brasil². Não apenas instruindo como mobilizando e condenando a precarização do trabalhador rural, enfrentando as políticas do agronegócio e lutando pela agroecologia familiar. Além de fazer diversos estudos sobre as condições do campo, protagoniza um importante papel na denúncia das violências no campo, através da publicação do “caderno de conflitos no campo”³. Ferreira defende que a CPT participa de dois grandes momentos, que orientam sua luta: de 1975 a 1985, em sua primeira fase percebemos a influência da ideologia socialista no trabalho pastoral, com experiências de coletivização na organização da produção e na apropriação da terra. Conforme aponta Stédile (1999) a CPT nesse período até a institucionalização do Movimento Sem Terra (1974-1984) protagoniza o trabalho de base com os trabalhadores do campo, relacionados à questão da terra e luta pela Reforma Agrária. Com a institucionalização do movimento temos que “A

² Sobre a CPT considero os seguintes trabalhos de importante relevância para se compreender a CPT: CANUTO, Antônio; POLETO, Ivo. Nas pegadas do povo da terra. 25 anos da Comissão Pastoral da Terra. São Paulo: Edições Loyola, 2002. MITIDEIRO, Marco Antônio Júnior. A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba. 2008 Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. FERREIRA, Maria Silvana. Peregrinos da Terra

³ Publicação anual com os números dos assassinatos no campo, em diversos estados brasileiros. Uma das principais fontes para se estudar a violência no campo brasileiro.

CPT foi um organismo criado para defender as pessoas da crueldade da ditadura militar e abrir caminhos no sentido da derrota desse sistema que fazia jogo de interesses capitalistas nacionais e transnacionais” (POLETO, 2002, p. 14). Esse processo de institucionalização foi feito na clandestinidade devido a repressão de Regime militar, seu principal objetivo era de buscar uma sociedade diferente que rompesse com os limites da “democracia política liberal” e com os limites da “estrutura econômica capitalista”

Sobre as ações práticas da CPT temos principalmente a publicação de 3 documentos que vão atacar diretamente a ditadura militar, são eles: Ouve os clamores do meu povo; Marginalização de um povo - Grito das igrejas; Y Juca Pirama - O índio, aquele que deve morrer - e tinham em comum: O caminho para uma sociedade de caráter socialista em que a vida estivesse no centro e não a economia de mercado. Paralelamente teve-se a articulação do CIMI (Conselho indigenista missionário). Efetivamente a CPT nasceu do Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, em junho de 1975. Ainda percebemos⁴ que no período de 1984 a 1989 a CPT atua de forma direta na conscientização dos trabalhadores, trabalhando ao lado do MST.

Sobre as questões da terra nos interessa analisar a função social da propriedade. Esta é a contra-argumentação a noção de propriedade privada, pois condiciona a propriedade ao bem estar social. Este pressuposto está presente no artigo 5º e nos artigos 184 a 186 da constituição federal. As propriedades que não cumprirem sua função social, um dos três requisitos abaixo, são passíveis de desapropriação para fins da Reforma agrária, são eles:

- 1) Aproveitamento racional e adequado;
- 2) Preservação de recursos naturais e meio ambiente;
- 3) Bem estar dos proprietários e trabalhadores;

Defendemos⁵ que a CPT PRETENDE criar uma consciência de classe entre os trabalhadores do campo brasileiro na década de 1980 por meio das cartilhas e do trabalho de base. Para isto traremos dois exemplos que instrumentalizam sua forma de ação: um falará sobre as cartilhas e o outro sobre os clérigos.

As cartilhas são divididas em vários momentos, porém todas têm momentos de reflexão, de pequenos exercícios que levam os trabalhadores a pensar sobre questões trabalhadas em questões do campo, de Reforma Agrária que geralmente dialogam com o discurso teológico, em formas de parábolas. Vejamos a seção “Conversando com os companheiros”

Estes momentos de “reflexão” estão em todas as 96 cartilhas analisadas em minha dissertação e é neste

⁴ Cartilhas da CPT Paraná “Terra não se ganha, terra se conquista” 23/01/1984.

⁵ Ver dissertação GONZAGA, Jamile baiense de Souza. Uma Consciência para o serviço: A função Social da propriedade nas cartilhas da Comissão Pastoral da Terra na década de 1980. UFRRJ, RJ, 2019.

- Como está a distribuição de terra aqui em nossa região? E No Brasil?
- O que dá direito à terra: dinheiro ou trabalho?
- E a Reforma Agrária é importante para o trabalhador brasileiro e o povo? Por quê? (CPT, 447/1988).
As propriedades e posses estão hoje cumprindo sua função social que fala o estatuto da terra? (..) A reforma agrária do ET é a mesma que os trabalhadores querem? (CPT-MA 14/1984, p.3)

momento que acreditamos que a CPT pretende formar uma consciência de classe, por que o discurso fala o tempo todo de capitalismo, de vencer opressões, etc. O outro momento é a própria fala do Frei Betto enquanto representante das CEBs.

Na CEB desenvolvemos nossa consciência crítica sobre a política, pois analisamos a prática e os programas dos partidos à luz dos valores do evangelho: Quem está do lado do pobre? Quem é capaz de fazer justiça independente da lei? Quem quer a fraternidade social? Quem trabalha na linha do próprio Deus? (BETTO, 1981 p. 82).

Após falar sobre a pretensão de formação de consciência iremos observar como a CPT se posiciona quanto a Função social da propriedade no período de 1984 a 1989.

A principal fonte estudada serão cartilhas da CPT. O período analisado contempla o primeiro governo civil pós-redemocratização, uma das tarefas importantes deste governo é a elaboração de uma Nova Constituição Brasileira.

Neste momento se posicionam várias frentes políticas e a reforma agrária é um tema que ressurge com bastante força. Observamos que a questão da “função social da propriedade” é um dos temas mais polêmicos nas reuniões da Assembleia Nacional Constituinte⁶. Temos diversas forças que lutaram a favor ou contra a função social da propriedade na Constituição que será terminada em 1988. De um lado temos a articulação da UDR (União democrática ruralista) defendendo a oligarquia rural, composta por grandes latifundiários, fazendeiros. De outro lado temos a CNBB, os bispos, os agentes das pastorais, os trabalhadores do campo. Os Clérigos procuram desempenhar o papel de formação teológico-política dos trabalhadores rurais e mobilizá-los para ação política em prol de uma sociedade socialista de 1975 até o final da década de 1980 conforme já foi apontado acima.

Na CEB desenvolvemos nossa consciência crítica sobre a política, pois analisamos a prática e os programas dos partidos à luz dos valores do evangelho: Quem está do lado do pobre? Quem é capaz de fazer justiça independente da lei? Quem quer a fraternidade social? Quem trabalha na linha do próprio Deus? (BETTO, 1981 p. 82).

⁶ BUTTÓ, M. Mecanismos deliberativos da Assembleia Nacional Constituinte: a polarização simbólica da Reforma Agrária. 2009. Dissertação (mestrado) Departamento de Ciência Política. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Diante deste cenário buscaremos compreender como nas cartilhas da CPT se compreendem a função social da propriedade e como instruem os trabalhadores rurais sobre este ponto constitucional.

Temos por objeto de análise as cartilhas da comissão pastoral da terra produzidas entre 1984 a 1989. Foram encontradas no acervo online Dom Thomás Balduino (CPT) 96 cartilhas. Estes materiais são folhetos voltados à instrução dos trabalhadores do campo, sobre questões teológicas e políticas, tanto questões litúrgicas de culto como questões como arar a terra, direitos do trabalhador rural, defesa da reforma agrária, seu campo de abrangência é muito amplo por isso são material riquíssimo para análise. Acreditamos que numa época de repressão, esta era a forma de se passar os conteúdos aos trabalhadores de forma didática e alinhar aquilo que era ensinado em várias CEBs em todo o BRASIL.

Pretende-se analisar se e como a CPT utiliza deste conceito jurídico para tentar construir uma consciência de classe entre os camponeses e trabalhadores rurais no Brasil. Por consciência de classe tendo por base a análise de Thompson conceitualmente é a percepção da situação de classe à qual se insere em determinada conjuntura. As lutas por terras no Brasil são encontros violentos, do outro lado da cerca temos milícias armadas e jagunços na defesa da propriedade muitas vezes grilada. A luta pela terra é uma luta que põe em risco a vida, acredito que os significados que compõem essa luta passam por uma resignificação da noção de propriedade. Procuramos as cartilhas justamente por serem os documentos que colocam em contato uma instituição religiosa e política e os trabalhadores. Então a principal questão que nos motiva é compreender as ideias da Igreja Católica progressista no Brasil sobre a construção da consciência de classe entre os trabalhadores que lutam por terras. Desta forma o contato é mediado pelas cartilhas das pastorais da terra que com os quadros reflexivos e todo trabalho efetivo de base focado na conscientização do trabalhador e com esse discurso se superar o capitalismo, para uma sociedade igualitária e socialista mostra-nos a pretensão da CPT, a nível nacional, de se formar uma consciência de classe nos trabalhadores rurais.

Ainda sobre a questão da consciência coletiva utilizamos a perspectiva de Durkheim (1978) do direito como agente da coesão social. Outro ponto importante é perceber como documentos eclesiais e a legislação sobre a terra, utilizados em conjunto conferem legitimidade social para a luta pela terra.

1. Direito, consciência coletiva e coesão social.

Segundo a perspectiva do direito como agen-

te da coesão social (Durkheim, 1978), o conflito dissocia a sociedade, atrapalha seu desenvolvimento, logo o direito como agente de solução aos conflitos é a chave onde reside toda coesão social. A solidariedade mecânica e orgânica é o que permite que os elos sociais estejam ligados, e o direito é o instrumento que permite a aproximação destes elos uma vez que representa a consciência coletiva de uma sociedade. A divisão social do trabalho é a condição necessária para o desenvolvimento intelectual e material das sociedades, ela é o ponto de partida para se pensar as distintas formas de direito, que derivam desta divisão. A partir dela as relações se tornam mais coesas, desta forma a divisão social do trabalho serve as diferentes formas de solidariedade. Durkheim nos levou a pensar formas de recomposição da coesão social, mecanismos de normatização e de regulação social numa perspectiva funcionalista que o levou a ser rotulado de “teórico conservador”. “É, portanto, a repartição contínua dos diferentes trabalhos humanos que constitui principalmente a solidariedade social e que torna a causa elementar da extensão e da complicação crescente do organismo social.” (DURKHEIM, 1978, p.9).

Para entender a relação do direito com as solidariedades sociais que resultam na coesão social é importante que se compreenda seu mecanismo de ação. Para isso vamos descrever as diversas formas de solidariedade e sua relação com o direito. Por solidariedade temos de dois tipos, a mecânica e a orgânica. A solidariedade mecânica é típica das sociedades mais “primitivas”, nestas sociedades os indivíduos que a integram compartilham das mesmas noções e valores sociais tanto no que se refere às crenças religiosas como em relação aos interesses materiais necessários a subsistência do grupo. É justamente essa correspondência de valores que irão assegurar a coesão social.

De modo distinto, existe a solidariedade orgânica que é a do tipo que predomina nas sociedades “complexas” do ponto de vista da maior diferenciação individual e social (o conceito deve ser aplicado às sociedades capitalistas). Além de não compartilharem dos mesmos valores e crenças sociais, os interesses individuais são bastante distintos e a consciência de cada indivíduo é mais acentuada. Nestas sociedades temos a multiplicidade de crenças, tradições, desta maneira a coesão se dá nos códigos e regras de conduta que estabelecem direitos e deveres comuns à consciência coletiva e se expressam em normas jurídicas: isto é, o Direito. O direito constitucional se refere a norma fundamental do ordenamento jurídico, a suprema sobre todas as outras, por isso tem mais peso. A FSP se encontra na Constituição Federal Brasileira, sobretudo no artigo 5º, se caracterizando como regra jurídica, ou seja, um princípio jurídico.

Nas duas formas de solidariedade as regras ju-

rídicas podem ser tidas como fatos sociais uma vez que dão o tom da ordem social sendo construído pela soma das consciências e também funcionam como normas coletivas com independência e poder de coerção sobre o indivíduo. O direito é a organização da sociedade no que ela tem de mais estável e de mais preciso. Desta forma produz a coesão social à medida que regulamenta as regras. O direito reproduz as principais formas de solidariedade social, precisamos apenas classificar as diferentes espécies de direito para buscar em seguida quais são as solidariedades (mecânica ou orgânica) que representam. Existem dois tipos de sanções as repressivas próprias do direito penal e ligadas as regras morais, predominantemente nas sociedades de solidariedade mecânica e as sanções repressivas, próprias das de solidariedade orgânica. Dita essas formas de solidariedade vamos pensar como o direito constitucional, como regra jurídica, com o artigo 5º pode compor uma possível pretensão de formação de consciência de classe nos trabalhadores rurais. À medida que se tem uma legislação com peso constitucional que versa sobre a reforma agrária no país isso contribui para legitimar um discurso legalista que é endossado pela argumentação dos agentes da CPT (muitos padres) em defesa da Reforma e utilização social das terras, desapropriações e etc., pois como mesmo se vê nas cartilhas “tudo está na lei”. E, além de estar na lei “dos homens”, também está nas “leis de Deus”, o Êxodo”, a “busca pela terra prometida”, a todo tempo é retomada e é feita a releitura para os dias de hoje, contextualizando a década de 1980. Falando mais sobre o direito de propriedade em si. Tirando o direito de propriedade, sobre restituição o que resta são o direito doméstico, o direito contratual, o direito comercial, o direito de processos, o direito administrativo e o constitucional. As relações que aqui são regulamentadas são de natureza totalmente diferente, exprime um caráter positivo, uma cooperação que deriva da divisão do trabalho. As relações destes direitos são reguladas por contratos entre duas ou mais pessoas, as relações que o direito cooperativo regula com sanções constitutivas e a solidariedade por elas expressas resultam da divisão do trabalho social. Este direito tem por tarefa regular as diferentes funções do corpo social e estão assentados sobre substratos comuns da consciência coletiva apesar de nem sempre, devido a sua especificidade contemplá-la.

Desta forma observamos o direito penal e repressivo formando solidariedades sociais variadas, assentadas nas concepções do direito que refletem os costumes e práticas sociais dos indivíduos. Pensando o conflito segundo Durkheim percebemos que estes atrapalham a coesão social, o direito que é a forma de mediar e manter a coesão social em diferentes sociedades sejam elas “primitivas” ou

“avançadas” segundo a classificação feita pelo autor ⁷.

O direito desta forma irá ser agente de uma coesão social e da formação de uma consciência coletiva. Nas cartilhas da CPT acreditamos que as discussões em torno de termos do direito como a “função Social da propriedade” sirvam como elementos coesivos próprios, desta estamos verificando como a CPT através do discurso da função social da propriedade pretende criar uma consciência coletiva específica, pontuando as diferenças, neste caso a “consciência de classe trabalhada por Thompson (1987).

2. Consciência de classe

A ideia de uma história que parta de baixo que ao invés de colocar o foco nas classes dominantes e instituições políticas se preocupe com a existência e os projetos das classes subalternas, perspectiva associada à chamada história marxista inglesa será adotada. O autor se preocupa em estudar o movimento operário, suas motivações, instituições, movimentos, ideologias, etc.

(...) e o que ele chama de consciência de classe “atribuída”. Esta consiste nas ideias, sentimentos, etc., que homens em uma dada situação de vida teriam, se eles pudessem compreender inteiramente essa situação e os interesses dela derivados, tanto com respeito à ação imediata quanto com respeito à estrutura da sociedade que corresponderia a esses interesses”(HOBSBAWN, 2000. P. 34)

Segundo Thompson (1987) consciência de classe “é a forma como essas experiências (dos trabalhadores, situada em um período histórico) são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais” (THOMPSON, 1987, p.10). Pretendemos observar como a “função social da propriedade” pode ser um dos pontos que endossam a consciência de classe dentro da militância pela reforma agrária, sobretudo nos documentos da CPT e toda diversidade do mundo do trabalho no campo (parceiros, meeiros, arrendatários, agricultores, etc.)

3. Construção de significados

Analisando os processos que envolvem as construções de significados dentro de um movimento social vamos observar o que motiva a construção de um novo significado de propriedade que entendemos legitimar a ação dos trabalhadores sem-terra, processo mediado pela CPT. A construção de significados nos movimentos sociais é um processo analisado por SNOW (2000), seguindo esta direção iremos utilizar a metodologia dos Framings (enquadramento) no contexto do movimento so-

⁷ Entendemos que os termos “primitivo” ou “avançado” produzem um juízo de valor sobre determinadas sociedades. Também defendemos a complexidade existente entre diversas sociedades, porém optamos por seguir a classificação feita pelo autor.

cial refere-se ao trabalho do significante ou a construção de um significado envolvido pelo movimento aderido. Estes quadros de ação são um conjunto de crenças e significados que legitimam e orientam a ação coletiva.

Desta forma vamos relacionar a função social da propriedade como um significado que já orbitava na sociedade⁸ e que em certo momento é ressignificado e utilizado pelos movimentos sociais no período pós-redemocratização. O recorte é importante justamente porque compreende um quadro interpretativo maior, da ampliação dos direitos nesse período, que vai ressoar na utilização do significado da função social da propriedade, quadro derivativo do enquadramento macro.

A década de 1980 representou segundo Anderson a emergência do projeto político e econômico neoliberal. Tanto nos EUA como na Inglaterra, assim como na América Latina, neste caso em específico no Brasil na década de 1990, temos o processo de globalização e o reforço entre o capitalismo internacional e nacional. A grande concorrência pressiona o modelo nacional antes praticado. Juntamente neste cenário temos a redução dos direitos trabalhistas, o livre comércio, as privatizações, que compõem uma agenda neoliberal. Falando mais sobre como a pobreza é tratada no regime neoliberal temos o trabalho de Loic Wacquant (1993). O autor demonstra como a redução do estado de bem-estar social, promovida pelas políticas neoliberais foi acompanhado pelo crescimento do estado penal e policial que irá aumentar conforme aponta Loic Wacquant para a penalização da pobreza.

Nesse processo é fundamental compreendermos como se dá a criminalização e a penalização da miséria. O poder judiciário sustenta uma hegemonia conservadora que é reforçada pelo aumento do tom nos discursos da lei e da ordem como forma de conter as massas empobrecidas. Sob a ótica de Wacquant, Vieira irá analisar processos criminais contra integrantes do MST, na regiões do Pontal do Paranema, São Paulo, foco de conflitos da terra. Nos processos as falas de membro do judiciário como o ministério público, os magistrados, e os desembargadores apresentam o mesmo tom criminalizador. Embora esta proposta de trabalho não utilize processos judiciais como fonte, faremos a seguinte opção baseados na relação que a criminalização da pobreza, em curso no florescer do período neoliberal no Brasil, (iniciando em 1985 tendo seu corolário na década de 1990) o processo de criminalização dos movimentos sociais, especificamente o MST irá influenciar os discursos sobre a função social da propriedade.

8 MALDANER, Thiago Alisson. De expressão a conceito: Função social a função social da propriedade no Brasil de 1870 a 1934. Dissertação (Mestrado em ciências sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Agricultura e Sociedade, Universidade Federal, Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ 2015.

Para pensar a CPT é necessário que se faça uma reflexão sobre religião e política na América Latina. Conforme Poleto aponta a criação das pastorais se inserem no movimento chamado de teologia da libertação. Reconhecemos a existência de inúmeros e significativos trabalhos de teólogos, jornalistas, trabalhos acadêmicos sobre a teologia da libertação. Orienta-nos a compreensão de Lowy sobre religião e política na América latina. Utilizaremos o conceito de "cristianismo da libertação" assim como sua interpretação sobre as motivações internas e externas ao ambiente clérico que levaram ao surgimento deste movimento político religioso. Para Lowy a teologia da libertação é o produto espiritual de um movimento social, não se trata apenas de um discurso social e /ou político, e sim de uma reflexão espiritual e religiosa baseada na conferência de Puebla (1979) a opção preferencial dos pobres. Löwy (2000) que explica o cristianismo da libertação como um movimento social da América latina: ou seja, que ele é resultado de uma combinação ou convergência de mudanças internas e externas a igreja que se deram na década de 1950 e que se desenvolveu da periferia em relação ao centro. As mudanças internas que afetaram a igreja como um todo são as mudanças nas correntes teológicas pós-segunda guerra mundial. São elas novas formas de cristianismo social, uma preocupação com a filosofia moderna e com as ciências sociais. O concílio do vaticano II é o reflexo direto disso.

Outro fator histórico relevante para pensar este movimento social é a industrialização do continente sob a hegemonia do capital multinacional que desenvolveu o subdesenvolvimento. Como consequência, tem o aumento do êxodo rural e o crescimento urbano aumentando as desigualdades sociais. Com a revolução cubana em 1959 seguia-se uma intensificação das lutas. Esses novos movimentos sociais estavam localizados na intersecção entre laicos (alguns do clero) e juventude estudantil nas comunidades mais pobres. O processo de radicalização da cultura católica latina começou da periferia para o centro. Outro grupo de leigos também foram chaves para o processo do cristianismo da libertação, são eles: advogados, sociólogos, planejadores urbanos, e constituíam uma espécie de aparelho intelectual leigo da igreja que adaptava os materiais religiosos ao marxismo.

É interessante ressaltar que a intelectualidade católica bebia nas águas da tradição católica francesa e que faziam parte da intelligentsia que estava próxima às ciências sociais, que na década de 1970, estavam embebidas nas análises e leituras marxistas. A opção pelos pobres, Puebla 1979, foi uma tentativa conciliadora entre correntes mais conservadoras e as mais "socialistas" dentro da igreja católica.

A Teologia da Libertação herdou da igreja a tradição de hostilidade ou aversão ao capitalismo. No entanto,

modernizou-a da seguinte forma: radicalizando e tornando-a muito mais abrangente e sistemática, combinando a crítica moral com a crítica moderna (sobretudo marxista) da exploração, substituindo caridade por justiça social, recusando a idealizar o passado patriarcal e propondo como alternativa uma economia socializada. Dentre estas características, o capitalismo é dito como idolatria e a lógica do lucro inconcebível ao coletivismo socializante proposto pelos teólogos da teologia.

Segundo Löwy (2016), a interação dialética entre marxismo e cristianismo é baseada no conceito de Weber, que estuda o relacionamento entre formas religiosas e o ethos econômico: a afinidade eletiva. Em determinadas circunstâncias históricas, duas estruturas culturais dialogam e encontram certa convergência, este processo de influência é bilateral e em alguns casos pode levar a simbiose. Alguns exemplos de afinidades são os seguintes:

-> A religião e o socialismo compartilham a fé em valores trans-individuais condenando o individualismo.

-> Os pobres são vítimas de injustiça para ambos. Os pobres da doutrina católica e o proletariado apresentam uma proximidade socioética.

-> Ambos compartilham o universalismo.

-> Ambos dão valor a comunidade e a vida comunitária.

-> Ambos criticam o capitalismo e as doutrinas do liberalismo econômico.

-> Ambos têm a esperança de um reino futuro de justiça, liberdade paz e fraternidade entre toda humanidade.

É interessante também pontuar que o marxismo passava por uma mudança. A revolução cubana trouxe uma opção mais atraente da revolução para o continente. O 20º congresso do Partido Comunista da União Soviética representou uma ruptura no monolitismo estalinista. Moscou se tornou mais uma vez uma cultura pluralista, uma forma dinâmica de pensar, aberta às várias opiniões.

No entanto, não podemos afirmar que os teólogos da libertação aderem ao marxismo, o que fazem é uma mediação para a renovação da teologia. A religião como o ópio do povo não pode ser aceita pelos teólogos da libertação, por isso se fala de releitura marxista.

Ainda falando de autores que falam sobre teologia da libertação não poderia os deixar de falar de Gustavo Gutiérrez, o pai da teologizada libertação. Em sua argumentação adiciona a questão da dependência econômica dos povos latino-americanos, que embora muitos sejam livres dependem economicamente de outros países.

Libertação exprime, em primeiro lugar, as aspirações das classes sociais e dos povos oprimidos, e sublima o aspecto conflituoso do processo econômico, social e político que se opõe às classes opressoras e aos povos opulentos. Em face disso, o termo desenvolvimento e sobretudo a política chamada desenvolvimentista encontra, com efeito, seu verdadeiro

lugar na perspectiva mais global, profunda e radical, da libertação; só nesse marco, o desenvolvimento adquire seu verdadeiro sentido e acha possibilidades de plamação (GUTIÉRRES, 1976,p.44)

Além deste fator somam-se outros aspectos (políticos, Revolução cubana) ao processo do cristianismo da libertação.

Zilda Gricoli Iloki (1996) em seu trabalho sobre a teologia da libertação aponta como motivos relacionados à estrutura eclesial pós-segunda guerra mundial leva a alterações dentro da estrutura da igreja, conseqüentemente uma autonomia ao modelo de igreja europeia, levando a uma nova configuração eclesial na América latina, marcada pela Conferência de Puebla e o Concílio do Vaticano II. A análise de Lowy além de considerar estas mudanças na estrutura eclesial da igreja acrescenta as mudanças externas e internas, gerando uma compreensão mais completa além de dialogar com diferentes países da América latina.

Sobre a construção de significados dentro do movimento social da CPT inserida nesta estrutura eclesial e política outra ferramenta para análise discursiva será a construção de significados, ressignificada dentro dos movimentos sociais através da análise conceitual dos Frames. A função social da propriedade será elemento pretendemos ver ressignificado dentro do Movimento Sem Terra, através das cartilhas das pastorais da terra. Neste momento é importante pontuar o conceito de "reconversão" de Martins (1994).

Martins (1994) aponta que o latifúndio acompanha uma estrutura de poder no Brasil que remonta ao período do Coronelismo. Atacar as grandes propriedades, a base da economia brasileira significa enfrentar uma classe muito bem organizada, tanto socialmente quanto politicamente em torno da bancada ruralista no Congresso Nacional. Atacar a propriedade da terra e defender a reforma agrária num país como o Brasil significa atacar diretamente uma política viciosa e corrupta que se perpetua no poder, é uma forma de se promover a redução das desigualdades sociais além de se desestruturar um arranjo político vicioso, que como falamos tem suas raízes no Coronelismo.

Sobre a atuação da igreja católica no campo Martins (1994) mostra o uso conservador da mediação do moderno e como a igreja assume uma ação transformadora da mediação conservadora.

A propriedade latifundista da terra se propõe como sólida base de uma orientação política que freia, firmemente, as possibilidades de transformação social profunda e democratização do Brasil (...) a propriedade da terra é o centro histórico de um sistema político persistente associada ao capital moderno, deu a esse sistema uma força renovadora, que bloqueia tanto a constituição verdadeira da sociedade civil quanto da cidadania de seus membros.

A sociedade civil não é senão esboço de um sistema político em que, de muitos modos, a sociedade está dominada pelo Estado e foi transformada pelo Estado. É estado baseado em relações políticas extremamente atrasadas, como as de clientelismo e da dominação tradicional de base patrimonial, do oligarquismo. No Brasil, o atraso é um instrumento de poder. (MARTINS, 1994 p.12 -13).

Para o autor a compreensão dos processos econômicos, políticos e sociais está amparada pela compreensão de uma sociologia da história lenta, nela as estruturas conservadoras de pensamento, associadas a propriedade da terra ressoam nas mudanças que são estruturais e sempre tolhidas por este impulso conservador.

A propriedade latifundista da terra se propõe como sólida base de uma orientação política que freia, firmemente, as possibilidades de transformação social profunda e democratização do Brasil (MARTINS, 1994p.12).

Temos, então, uma série de políticas que apontam para a orientação do latifúndio, e no momento que esta força é ameaçada a sociedade se organiza de forma a frear as mudanças, como no caso de João Goulart e do golpe militar. O campo brasileiro encontrava-se atômico e a reforma Agrária começava a se apresentar como opção política. Em consequência disso temos o golpe, na ditadura, a aliança entre capital e terra.

A igreja católica, apesar de ter tido setores conservadores que apoiaram o golpe, passa por uma remodelação, nas conferências de Puebla e Medellín. Além desta remodelação externa a lógica brasileira soma-se às análises de Martins uma remodelação da postura de setores da igreja católica, sobretudo dos associados a CNBB que diz respeito ao contato com a realidade política no campo brasileiro. Inicialmente a articulação de setores da igreja em torno dos movimentos das pastorais se propunha a oferecer apoio ao povo como alternativa e combate ao comunismo. Nesse sentido vamos ter a atuação católica em sindicatos assim como na ação das pastorais, a ação sindical trataremos a seguir.

Para explicar a atuação de bispos conservadores e progressistas ele critica o termo “conversão” como se estes clérigos tivessem mudado sua postura política. Para ele muitos padres conservadores vão adotar uma postura progressista em defesa dos camponeses pobres e índios devido ao contato com sua realidade e a partir de seu compromisso ético.

Sobre a construção de significados em torno da função social da propriedade “Enquadramento nos movimentos sociais se refere ao trabalho significativo ou construção de significado envolvido”. Como, por exemplo, líderes, ativistas, participantes da base ou atores sociais (elites políticas, adversários).

O estudo dos frames como metodologia ana-

lítica é defendido sobre diversos pontos de vistas e mudanças ocorridas nas décadas de 1970 e 1980: A primeira delas é pensar a relação entre significantes e mobilização (quais os significados geram a mobilização), o abandono da perspectiva do dominante que muito se usava na década de 1970 e por fim o ambiente cultural e a história dos dominados. Sobre esta última corrente dialogaremos com Thompson. O Conceito é utilizado da Análise de quadros de Erving Goffman (1974) e está enraizado no princípio simbólico interacionista e construcionista de que os significados não se ligam de forma natural ou automática aos objetos, eventos ou experiências que encontramos, mas ocorrem, em vez disso, através de processos interpretativos mediados pela cultura.

Desta forma no ambiente cultural, no diálogo entre atores sociais ou líderes de movimentos sociais os significados vão sendo construídos, e lançados a todo tempo. A cristalização de um significado, que ressoa a sua base de apoio é um típico processo de “enquadramento”. Este conceito contribui para que façamos duas análises: o que é *in frame* e o que é *out frame* em relação ao objeto de orientação.

Em segundo lugar, eles funcionam como mecanismos de articulação no sentido de unir os vários elementos pontuados da cena de modo que um conjunto de significados mais do que outro é transmitido, ou, na linguagem da narrativa, uma história e não outra é contada (SNOW, 2000,p.2)

Ainda falando desta mudança os frames exercem uma função transformadora uma vez que estão envolvidos na mudança de significados.

Aplicada aos movimentos sociais, a ideia de enquadrar problematiza os significados associados até com eventos relevantes, atividades, locais e atores, sugerindo que esses significados são tipicamente contestabilizado e negociável e, portanto, aberto a debate e interpretação diferencial. (SNOW, 2000. p.1).

Desta forma, debater sobre significados, a interação entre o período histórico e o surgimento dos significados é uma das propostas de análise que esta metodologia endossa. Os debates em torno dos significantes propostos também fazem parte deste processo de produção de sentido, a que chamamos de “queixas mobilizadoras”.

Os quadros de ação coletiva são os resultantes produtos de enquadramento na área social arena do movimento. Eles são relativamente coerentes conjuntos de crenças e significados orientados a ação que legitima e inspira movimento social campanhas e atividades (SNOW, 2000, p.2).

Outro aspecto importante de ser ressaltado são as categorias de “quadros mestres”. Estes se constituem quando são derivativos de interpretações que ressoam dentro do movimento social e de cer-

ta forma norteiam a construção de um novo significado que está relacionado ou não a ação coletiva

Os processos de alinhamento de quadros abrangem esforços estratégicos de atores de movimento social e organizações para vincular seus interesses e objetivos com os adeptos prospectivos e provedores de recursos para que eles contribuam de certa forma para campanhas de movimento e atividades (SNOW, 2000. p.2).

Líderes de diversos movimentos para que consigam obter influência e cristalização de seus significados muitas vezes utiliza-se de significados diversos, Martin Luther king, por exemplo, utiliza elementos de direitos civis, do cristianismo e da filosofia associando a uma luta política e assim consegue criar uma significante que irá ressoar nos movimentos anti-raciais. Questões culturalmente pontuadas também interferem na aceitação e enquadramentos ou não, cristalização de significados, que estão imersos num ambiente culturalmente diversificado e diverso.

Isso sugere que o desenvolvimento de quadros de ação coletiva é facilitada e/ou constrangido pelo elemento cultural e estrutural campos discursivos e discursivos Estrutura de oportunidade em que a evolução O quadro está incorporado. Isso sugere mais os quadros de ação coletiva são inovadores articulações e elaborações de ideias existentes elogios ou conjuntos de crenças e ideias, e assim funcionam como extensões ou antídotos deles. A partir deste ponto de vista, os movimentos sociais são visto não como operadoras de pré-configurado, bem crenças e significados acoplados, tradicionalmente conceituados como ideologias, mas como significam agentes ativamente envolvidos na produção e manutenção dos significados pretendidos para mobilizar adeptos e constituintes, garner apoio aos espectadores e desmobilização de antagonistas (SNOW, 2000.P.2).

Sendo assim os significados em torno do que seria função social da propriedade, os direitos sobre a terra são criados, e ressignificados dentro da CPT o que orienta a pretensão de uma formação de consciência de classe por parte da instituição política e religiosa que é a Comissão Pastoral da Terra.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo(Orgs.). Pós-Neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CANUTO, Antônio; POLETO, Ivo. Nas pegadas do povo da terra: 25 anos da Comissão Pastoral da Terra. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

DURKHEIM, Émile. Da Divisão do Trabalho Social In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, p. 23-70, 1978.

FERREIRA, Silvana Maria. Peregrinos da Terra Prometida: Comissão Pastoral da Terra e trajetória político-religiosa. Juiz de Fora: Sacrilgens, v 1,n.1.p. 137-152, 2004.

IOKOI, Zilda Gricoli. Igreja e camponeses. Teologia da libertação e Movimentos Sociais no Campo Brasil e Peru, 1964-1986. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

GOFFMAN, E. Frame analysis: an essay on the organization of experience. New York: Harper and Row, 1974.

GUTIÉRREZ, Gustavo. Teologia da Libertação. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

LÖWY, Michael. A guerra dos deuses: religião e política na América Latina. Petrópolis: vozes, 2000.

MALDANER, Thiago Alisson. De expressão a conceito: Função social a função social da propriedade no Brasil de 1870 a 1934. Dissertação (Mestrado em ciências sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais,Departamento de Agricultura e Sociedade,Universidade Federal, Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015.

MARTINS, José de Souza. O poder do atraso. Ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

MITIDEIRO, Marco Antônio Júnior. A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba. 2008 Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava gente - A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1999.

SNOW, David and BENDFORD, Robert. Framing processes and social movements: an overview and assessment. *American Review of Sociology*, 2000, 26, 611-639.

THOMPSON, Edward P. A formação da Classe Operária. Tradução Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WACQUANT, Loïc. As Prisões da Miséria. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.